

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
 5º Período Noite
 Contabilidade de Custos
 Cultura Religiosa
 Matemática Financeira
 Planejamento Fiscal e Tributário
 Projeto de Estágio Supervisionado
 Sistemas Contábeis I
 Teoria Avançada da Contabilidade

**PROJEÇÃO DE RESULTADOS COM ABRANGÊNCIA EM CUSTOS, FINANÇAS
E INCENTIVOS FISCAIS**

Barbara Garcia Silva
Cristiane Patrícia da Silva
Diego Rabelo de Jesus
Jessica Infante Buritis
Tatiana Santos Fidelis

Belo Horizonte
14 de Outubro 2011

**Barbara Garcia Silva
Cristiane Patrícia da Silva
Diego Rabelo de Jesus
Jessica Infante Buritis
Tatiana Santos Fidelis**

**PROJEÇÃO DE RESULTADOS COM ABRANGÊNCIA EM CUSTOS, FINANÇAS
E INCENTIVOS FISCAIS**

Trabalho interdisciplinar apresentado às disciplinas: Contabilidade de Custos, Planejamento Fiscal e Tributário, Sistemas Contábeis I, Teoria Avançada da Contabilidade. Do 5º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Alex Magno Diamante
Antônio Monte Furtado Greco
José Ronaldo da Silva
Fátima Maria Penido Drumond
Nivaldo Carvalho da Silva
Sebastião Alves Rodrigues

Belo Horizonte
14 de Outubro 2011

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	03
2 PROJEÇÕES DOS CUSTOS ANALISADOS NA COMPANHIA M. DIAS BRANCO S.A.....	04
3 EFEITOS DO RTT - REGIME DE TRIBUTAÇÃO TRANSITÓRIO NO RESULTADO DA COMPANHIA M. DIAS BRANCO S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS.....	08
3.1 Forma como os CPC's tratam as operações contábeis e os seus reflexos no resultado da organização.....	08
3.2 A função do RTT - Regime de Tributação Transitório, enquanto ferramenta responsável por anular os efeitos contábeis no lucro tributável das empresas.....	09
3.3 Principais Aspectos envolvendo a DVA - Demonstração de Valor Adicionado (CPC 09) e a DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa (CPC 03).....	09
3.4 Os Impactos Causados no Resultado pelos Tratamentos Contábeis.....	12
3.5 Análises dos CPC'S Utilizando no Balanço da Companhia M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos.....	13
4 SOFTWARE QUE PERMITA A EMPRESA A REALIZAR A PROJEÇÃO E SIMULAÇÃO DOS RESULTADOS	15
4.1 Nome do Software	15
4.2 Nome do Fabricante	15
4.3 Módulos que compõem o Software pesquisado	15
4.4 Funcionamento e funcionalidades do software	15
4.5 Principais relatórios de projeção do resultado extraído do Software	19
5 APlicabilidade dos PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NO CONTEXTO EMPRESARIAL MODERNO FRENTE A UMA ABORDAGEM DE GESTÃO ..	19
6 CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade estudar os efeitos do Regime de Tributação Transitório no resultado das Sociedades de Grande Porte e nas Sociedades Anônimas. Os impactos provocados no resultado pelos tratamentos contábeis extraídos dos CPCs. A importância de seguir rigorosamente os princípios contábeis dentro da empresa.

A metodologia adotada na elaboração deste artigo remete a utilização de pesquisa bibliográfica, através de fontes primárias: legislação, normas regulamentadoras e fontes secundárias, como livros e revistas científicas. Foram aplicados conceitos extraídos de pesquisas bibliográficas sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa e sobre Demonstração de Valor Adicionado.

O artigo tem por objetivo mostrar de forma sucinta o resultado de pesquisas em torno do assunto. Os Impactos causados pelos tratamentos contábeis, os princípios fiscais em geral dizem respeito às taxas de depreciação, composição do subgrupo intangível, taxas de Câmbio. A importância dos softwares para a gestão das empresas e a facilidade que os mesmos proporcionam. Analise sobre o custo feito na Companhia M. Dias Branco S.A em projeção dos custos da Empresa Infante S.A.

PALAVRAS CHAVE: Custo, CPC, Contabilidade, Princípio.

RESUMO

O artigo trata das alterações na legislação das Sociedades Anônimas também aplicáveis as demais sociedades constituídas no território nacional.

Apresentam a informação contábil de acordo com as normas regulamentares dos órgãos normativos e

complementadas por notas explicativas, quadros analíticos e outras demonstrações necessárias para uma plena avaliação da situação e evolução patrimonial de uma empresa.

Mudanças que consistem precisamente na substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), pela demonstração de fluxo de caixa, criação de dois novos grupos de contas, criação da reserva de incentivo fiscal, sendo assim as transações deverão ser contabilizadas pelo valor bruto e delas retirada o imposto de renda e a contribuição social, de forma que o resultado apurado reflita exatamente o valor líquido sem os efeitos dos tributos.

Para a elaboração do trabalho o Sistema escolhido foi o NG desenvolvido pela Mastermaq.

Foram feito projeções sobre os custos da Companhia M. Branco S.A, para melhor entender o funcionamento de produção dos produtos produzidos pela companhia.

2 PROJEÇÕES DOS CUSTOS ANALISADOS NA COMPANHIA M. DIAS BRANCO S.A

A companhia M. Dias Branco S.A. Indústria e Comercio de Alimentos é uma empresa do ramo alimentício, que tem entre os seus produtos, biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras. Usando os valores desta empresa como base, criamos a companhia Infante S.A. Indústria e Comercio de Alimentos.

Para a produção dos produtos citados anteriormente foram utilizados matérias-primas, mão de obra indireta, bem como custos indiretos da produção, dispostos conforme tabelas abaixo:

Descrição	Produtos			
	% Produção	Peso	Preço	Receita (milhões)
Biscoito	30	380	3,54	1.344,8
Massas	19	241,1	2,15	518,8
Farinha e Farelo	47,2	597,1	0,81	481,7
Margarinas e Gorduras	3	38,5	2,39	92,2
Diversos	0,8	9,5	0,68	6,5
Custo Total -R\$	100,0	1266,2	1,91	2.445,74

Tabela 1 - Produtos da companhia M. Dias Branco S.A.
Industrial e Comercio de Alimentos.

Matéria Prima	%	Custo Total Anual (R\$ milhões)
Trigo	45,7	495
Óleo	11,0	96,8
Açúcar	7,2	75,9
Farinha de Terceiros	12,6	129,3
Gordura de Terceiros	7,9	70,6
Outros Insumos	15,6	126,9
Total	100	995,5

Tabela 2 - Custo de matéria-prima

Discriminação	Aliquotas - %	MOI Anual- R\$ (milhares)
Salário	-	244.621
INSS	28,80	70.451
FGTS	8,00	19.570
Férias + 1/3	11,11	27.177
13º Salário	8,33	20.377
INSS s/ Férias	3,20	7.828
INSS s/ 13º		
Salário	2,40	5.871
FGTS s/ Férias	0,89	2.177
FGTS s/ 13º		
Salário	0,67	1.639
PIS sobre folha de pagamento	1,00	2.446
TOTAIS	64,40	14.084,28

Tabela 3 – Custo de mão-de-obra

Custos Indiretos de Fabricação - CIF's	
Custos Indiretos	Anual (milhares)
Energia Elétrica	20.000
Água	17.493
Embalagens	92.000
Aluguel	45.000
Depreciação Fabril	28.657
Total	203.150

Tabela 4 – Custos Indiretos Fixos

Obs.: Valores utilizados para a área de produção.

Entre os produtos da companhia Infante S.A. Indústria e Comercio de Alimentos há a massa, o custo de produção desse produto corresponde a 19% dos custos totais (custo de matéria prima + custo de mão-de-obra + CIF's).

Na empresa não há calculo do percentual da mão-de-obra utilizada na produção de cada produto, portanto, a mesma é classificada como indireta.

Os custos correspondentes são os seguintes:

Matéria prima: R\$ 189.150.000,00

Mão-de-obra: R\$ 2.676.010,00

CIF's: R\$ 38.598.500,00

Custo total da produção de massa: R\$ 230.424.510,00

Produção total em Kg de massa: 241.100.000

Custo por Kg produzido (230.424.510,00 / 241.100.000): R\$ 0,96

A massa tem um preço de venda de R\$2,15 por cada Kg de massa. Isso quer dizer que a margem de ganho nesse produto é de 123,96%. A receita total que a massa garante para a empresa é de R\$518.8000.000,00, representando 21,21% da receita total que é de R\$2.445.740.000,00.

3 EFEITOS DO RTT - REGIME DE TRIBUTAÇÃO TRANSITÓRIO NO RESULTADO DA COMPANHIA M. DIAS BRANCO S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

3.1 Forma como os CPC's tratam as operações contábeis e os seus reflexos no resultado da organização;

Os CPC's foram criados para o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais, em função das necessidades de:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

3.2 A função do RTT – Regime de Tributação Transitório, enquanto ferramenta responsável por anular os efeitos contábeis no lucro tributável das empresas;

O RTT é um mecanismo que protege a empresa em relação as possíveis distorções provenientes da nova Lei 11.638 que por ventura poderiam gerar diferenças tributárias. Dessa forma o RTT é um instrumento que garante a aplicação da Lei 2.6404, alterada pela lei 11.638 em relação ao seu artigo 177, parágrafo 7º que diz o seguinte:

"Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste, e as demonstrações e apurações com eles elaborada não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários."

Desse modo o RTT veio para ratificar este artigo e garantir que a instituição não tenha que arcar com acréscimo de tributos em função de mudanças em critérios e normas contábeis provenientes do governo.

3.3 Principais Aspectos envolvendo a DVA – Demonstração de Valor Adicionado (CPC 09) e a DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa (CPC 03);

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Com publicação da lei 11.638, a Doar – Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos foi substituída pela DFC, e segue a seguinte obrigatoriedade.

"Art. 176[...]

IV – demonstração dos fluxos de caixa;

[...]

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa."

Posteriormente esta demonstração através do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis se pronunciou a respeito dessa nova demonstração explicando as formas de ser feita e quais os grupos ela tem que conter.

A DFC poder ser elaborada de duas formas:

Método Direto:

Inicia-se a demonstração através do confronto das atividades operacionais da entidade do contas a pagar e receber expurgando desse resultado todos os pagamento ou recebimentos que nada tem a ver com a atividade principal da empresa.

Método Indireto:

Inicia-se a demonstração através da conciliação do lucro da empresas referente ao último exercício até chegar ao caixa líquido das atividades operacionais, retira-se todos os componentes que poluíram o lucro da empresa como depreciações, variações e outras provisões alheios a atividade principal da empresa.

Esse demonstrativo deve apresentar os componentes dos saldos das seguintes atividades:

Atividades operacionais - são as atividades que geram receitas da empresa, ou seja, sua atividade principal e outras atividades que sejam distintas das atividades de financiamento e de investimento;

Atividades de investimento - toda a atividade que envolva a aquisição de ativos ou venda de ativos de longo prazo;

Atividades de financiamento - ações que modifiquem a composição do endividamento da empresa tanto pelo capital próprio quanto por capital de terceiros.

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

A adoção desta demonstração foi uma das novidades da Lei 11.638, mas que somente a exigiu quando no caso de companhia de capital aberto.

"Art. 176. [...]

V - se *companhia aberta*, demonstração do valor adicionado."

O CPC emitiu o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, que foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pela Resolução CFC nº 138/08.

O principal objetivo dessa demonstração é de apresentar a sociedade e outros usuários das informações contábeis o que a entidade produziu de riqueza em determinado período e como essa riqueza produzida foi distribuída para, fornecedores, financiadores, governos e colaboradores da empresa.

Tudo isso além de contribuir para se apurar o PIB do país, com esse demonstrativo é possível chegar ao seu valor, mas isso ainda é um projeto para o futuro, pois ainda nem todas as empresas são obrigadas a elaborar essa demonstração, impossibilitando a soma dessas demonstrações e consequentemente a obtenção desse número.

3.4 Os Impactos Causados no Resultado pelos Tratamentos Contábeis

No final de 2007 foi editada a lei 11638/07 na qual trouxe algumas alterações a lei 6404/76 (Lei das S.A) que é um pilar para a contabilidade e que a mesma também é observada pelas empresas com natureza jurídica distinta das Sociedades Anônimas.

É objetivo pretendido, sistematizar as alterações das normas internacionais de maneira a mostrar como essa mudança influenciará em todo processo contábil, evidenciar a sua aplicação no ativo imobilizado, intangível e investimentos e analisar se a empresa está aplicando em suas demonstrações contábeis as novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para alcançar tais objetivos, a temática tem grande importância, uma vez que proporciona o conhecimento das inovações e consequentemente a avaliação do impacto que causarão na companhia como todo.

3.5 Análises dos CPC'S Utilizando no Balanço da Companhia M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos

Conforme leitura do balanço da Companhia M. Dias Branco S.A. Indústria e Comercio de Alimentos pode observar que para a sua realização foram utilizados como orientação os CPC'S que serão descritos abaixo. Para tal este trabalho buscou fazer apenas um resumo sobre o que se trata cada um dos CPC.

CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos

Este pronunciamento é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. O Pronunciamento aplica-se a todos os ativos ou conjunto de ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais e de serviços. Não se aplica aos ativos resultantes de contratos de construção nas empresas construtoras, aos ativos fiscais diferidos e aos ativos relacionados com instrumentos financeiros.

CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Este pronunciamento nos mostra que uma entidade pode manter atividades em moeda estrangeira de duas formas. Ela pode ter transações em moedas estrangeiras ou pode ter operações no exterior.

Adicionalmente, a entidade pode apresentar suas demonstrações contábeis em uma moeda estrangeira. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é orientar acerca de como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis da entidade e como converter demonstrações contábeis para moeda de apresentação. Os principais pontos envolvem quais taxas de câmbio devem ser usadas e como reportar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio nas demonstrações contábeis.

CPC 04 - Ativo Intangível - Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos

Define o tratamento contábil de ativos intangíveis. Descreve em que casos uma entidade deve reconhecer o ativo intangível, especifica como deve ser apurado o valor contábil dos ativos intangíveis e estabelece a necessidade de divulgações sobre esses ativos, entre outros aspectos.

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil - Leasing

O objetivo deste Pronunciamento é o de prescrever, para arrendatários e arrendadores, as políticas contábeis e divulgações apropriadas a aplicar em relação a arrendamentos mercantis.

A classificação de arrendamentos mercantis adotada neste Pronunciamento baseia-se na extensão em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo arrendado são transferidos ao arrendatário ou permanecem no arrendador.

CPC 12 - Ajuste a Valor Presente

Esta avaliação tem como objetivo apresentar o valor do ativo e passivo a valores condizentes com os da data da

publicação do Balanço Patrimonial ou na data do encerramento do exercício.

4. SOFTWARE QUE PERMITA A EMPRESA A REALIZAR A PROJEÇÃO E SIMULAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. Nome do Software

O software escolhido para a elaboração deste trabalho é o NG.

4.2. Nome do Fabricante

O NG é um software desenvolvido pela Mastermaq Software maior especialista do Brasil em escritório contábil e a maior empresa fornecedora para este segmento.

4.3. Módulos que compõem o Software pesquisado

O NG é dividido em Folha de Pagamento, departamento fiscal & tributos, departamento contábil, nota fiscal eletrônica, ERP - gestão empresarial.

4.4. Funcionamento e funcionalidades do software

Segue abaixo a funcionalidade dos principais módulos do software que são:

Departamento Pessoal

- Memória de Cálculo de todas as verbas, on-line, durante a própria edição da folha;
- Amplas capacidades de personalizar relatórios pelo próprio usuário, como contratos de trabalho, experiência e outros.

- Alta flexibilidade para automação do cálculo de verbas específicas dos seus clientes (em que a maioria dos sistemas obriga o usuário a calcular manualmente);
- Suporte ao registro e controle de grande nível de detalhes da vida do funcionário, permitindo a geração do HomologNet sem digitações complementares, e atendendo às prováveis exigências do EFD/e-FOPAG
- Capacidade de importação de dados dos clientes através de planilhas
- Checagens de inconsistências antes de geração de RAIS, DIRF, CAGED, facilitando muitíssimo a correção de informações antes de submissão aos validadores governamentais;
- Suporta ilimitadas movimentações (alterações de salário, função, tomador, etc.) no registro de um funcionário, mesmo dentro de um mês, garantindo que todas as incidências sejam consideradas no cálculo da folha e eventuais arquivos magnéticos.

Departamento Fiscal & Tributos

- Lançamento Fiscal completo, com todos os detalhes necessários para SPEDFiscal (inclusive com atendimento de vários setores especializados, como Transportes, Bebidas, Armamentos e outros);
- Suporte muito amplo à variedade de situações fiscais brasileiras, cobrindo praticamente todas as possibilidades conhecidas;
- Importação de XML da NF-e (individual ou lote), DANFE (via código de barras), Sintegra e SPED Fiscal;
- Memória detalhada e organizada de cálculo de tributos, em tela;

- Exportação para sistemas governamentais, inclusive preenchimento da DAS na internet;
- Controle de limites de enquadramento tributário-fiscal;
- CIAP, com integração com sistema de Patrimônio;
- Controle de Conta Corrente de Tributos;
- Possibilidade de integração plena e detalhada com outros softwares de ERP, através de módulo integrador.

Departamento Contábil

- Diversas telas de lançamento, todas otimizadas para uso sem mouse e uso eficiente do teclado. Telas diferenciadas segundo o objetivo pretendido: digitação em massa ou para conferência de saldos simultânea aos lançamentos, ou ainda para lançamentos de partida simples ou dobrada;
- Capacidade de Apropriação Gerencial (por Centro de Custo, Centro de Resultado e Unidade Administrativa, inclusive os três simultaneamente caso necessário);
- Conciliação Bancária (importação de arquivos OFX de inúmeros bancos);
- Conciliação Contábil (tela especializada na conciliação de clientes e fornecedores);
- Possibilita reduzir o tamanho do plano de contas porque permite fazer lançamentos vinculados diretamente aos fornecedores e clientes cadastrados, deixando assim, opcional a inclusão de contas analíticas;
- Permite que o usuário cadastre regras para que o sistema possa identificar automaticamente contas e/ou lançamentos suspeitos. As regras são definidas a partir de padrões usuais e não usuais nas

contas/lançamentos, como, por exemplo, a quantidade de lançamentos em uma conta ou a ausência de um lançamento para um determinado cliente/fornecedor;

- Filtros de inconsistências em lançamentos que permitem a fácil localização e correção de lançamentos sem contrapartidas, com total de créditos e débitos divergente e lançamentos com contrapartidas em filiais diferentes;
- Capacidade de criação de qualquer tipo de Demonstração, via planilha integrada NGCalc, que tem fórmulas para buscar dados diretamente dos saldos ou lançamentos contábeis;
- Geração de todos os arquivos magnéticos contábeis, inclusive SPED Contábil;
- Os lançamentos podem ser realizados em diversos cenários, permitindo emitir relatórios (balanço, diário, etc.) de um conjunto determinado de cenários. Isso permite controlar de forma simples os lançamentos de integração (Fiscal, DP, etc.), lançamentos de FCONT, provisão, etc.;
- Suporte completo às regras do IFRS, suas demonstrações e inclusive manutenção simultânea de contabilidade fiscal e contabilidade pelo IFRS;
- Lalur integrado à contabilidade;
- Rotina dedicada ao encerramento de exercício com transferência automática de saldos para contas transitórias e do passivo, travamento dos lançamentos nos exercícios encerrados, apuração do IRPJ e CSLL, além de permitir que sem a necessidade de cancelamento do encerramento sejam emitidos novamente todos os relatórios, inclusive as DREs.

4.5 Principais relatórios de projeção do resultado extraído do Software

Através do software NG pode-se obter diversos relatórios financeiros, contábil, etc., para que o usuário possa fazer a análise das movimentações ocorridas na empresa.

O sistema possui vastas e detalhadas informações sobre praticamente tudo que se passa em seus clientes; porém, estas informações normalmente são utilizadas apenas para gerar obrigações, ou serem expostas em poucos relatórios gerenciais pré-disponíveis.

Com a ferramenta de BusinessntelligenceNGView, embutida e integrada na plataforma NG, pode-se construir análises da correlação entre inúmeras variáveis, com potencial de gerar muitas informações valiosas aos clientes. Com o editor de planilhas NG Calc, que possui fórmulas para acessar diretamente praticamente todos os dados dos sistemas, pode-se construir todo tipo de planilha, com muita facilidade, que pode ser sempre atualizada ao clique de um botão.

A ampla capacidade de efetuar análises dos dados fornecidos pela plataforma NG pode abrir à empresa contábil dimensões inteiramente novas de serviços que podem ser proporcionados aos clientes.

5 APlicabilidade dos Princípios Contábeis no Contexto Empresarial Moderno Frente a uma Abordagem de Gestão

Numa abordagem empresarial surgiu a idéia de um sistema baseado em princípios contábeis, capaz de organizar atividades para fins de atender a padronização contábil e de outras necessidades dos administradores. Buscando um perfeito entendimento dos usuários e profissionais da

contabilidade. Sobre os princípios fundamentais da contabilidade, segundo a resolução CFC, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, deve-se considerar a necessidade de prover fundamentação apropriada para interpretação e aplicação das normas brasileiras de contabilidade.

Citando a gestão de custos teremos um custo contábil disciplinado por normas legal técnicas (princípios contábeis) e fiscais.

O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Sobre outro olhar temos a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas, e outros meios.

No caso, o adjetivo "econômico" é empregado para designar o processo de formação de resultado, isto é, as mutações quantitativo-qualitativas do patrimônio, as que alteram o valor do Patrimônio Líquido, param mais ou para menos, corretamente conhecidas como "receitas" e "despesas". Já os aspectos qualificados como "financeiros" concernem, em última instância, aos fluxos de caixa.

De forma geral, a precisão das informações demandadas pelos usuários e o próprio desenvolvimento de aplicações práticas da Contabilidade, dependerão, sempre, da observância dos seus Princípios, cuja aplicação à solução de situações concretas deverá considerar o contexto econômico, tecnológico, institucional e social em que os procedimentos serão aplicados. Isso significa, com grande freqüência, o uso de projeções sobre os contextos em causa,

o que muitos denominam de visão prospectiva nas aplicações contábeis.

As informações quantitativas que a Contabilidade produz, quando aplicada a uma Entidade, devem possibilitar ao usuário avaliar a situação e as tendências desta, com o menor grau de dificuldade possível. Devem, pois, permitir ao usuário, como participante do mundo econômico:

- Observar e avaliar o comportamento;
- Comparar seus resultados com os de outros períodos ou Entidades;
- Avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos;
- Projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere.

Os usuários da contabilidade tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro. Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis. A qualidade dessas informações deve ser assegurada pelo sistema de normas de acordo com os Princípios Fundamentais da contabilidade. Podemos citar o princípio da oportunidade; da prudência; da competência; da entidade; da continuidade outros.

Caracterizando melhor cada princípio, teremos:

- Princípio da continuidade; Haverá continuidade nas suas atividades empresariais;
- Princípio da oportunidade; reconhece as variações patrimoniais na sua totalidade no momento em que ocorre o fato, sem excesso ou falta de informações;
- Princípio da competência; reconhece as receitas e despesas incorridas no período;
- Princípio da entidade: não se deve misturar o patrimônio de PF e PJ;
- Princípio da prudência; deve se reconhecer um valor menor no ativo.

Na prática temos, por exemplo, os seguintes acontecimentos. No princípio da competência, que permite o reconhecimento das despesas logo após o reconhecimento das receitas a fim de possibilitar a dedução de todas as despesas realizadas das receitas em um mesmo período, a fim de possibilitar a mensuração do resultado. Já no princípio da prudência, é conveniente que se tenha certa precaução ao se realizar um registro duvidoso, podemos citar como exemplo duplicatas a receber de clientes, que não se deve considerar o recebimento de todas as duplicatas.

Em relação planejamento fiscal e tributária os princípios contábeis e obrigatórios no exercício da profissão e constitui condições de legitimidade das normas brasileiras de contabilidade (NBC).

Em relação dos custos, os princípios contábeis e visíveis em seus departamentos, tanto na produção como no setor administrativo, este padrão contábil auxiliara na coleta de informação e dará suporte ao planejamento das operações de custo alocando mais criteriosamente.

6 CONCLUSÃO

De acordo com todos os dados supracitados podemos concluir que inovações e modernizações são propostas à práticas do ensino e exercício profissional em contabilidade com a Nova Lei das S/A.

A temática deste artigo é de essencial importância para a formação de contadores e outros, pois, a lei 11.638/07 retrata uma nova era na contabilidade brasileira, inserindo-a cada vez mais em um universo globalizado.

Concluímos que a DFC e a DVA são instrumentos que podem enriquecer a análise financeira tradicional, pois trazem um maior detalhamento dos Demonstrativos. Este tipo de análise pode ser feito nos demonstrativos de qualquer outra empresa, desde que estas elaborem a DFC e a DVA, pois estes demonstrativos descrevem de uma forma detalhada os fluxos do caixa e a distribuição dos recursos obtidos pela empresa.

Como análise final deste artigo, é importante ressaltar que um bom Software faz toda a diferença dentro da empresa, pois são através dos sistemas que são gerados os relatórios que auxiliam na hora das tomadas de decisões, documentos relacionados a parte pessoal, fiscal e contábil, além de ser uma ferramenta de extrema necessidade para as empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

http://www.mzweb.com.br/mdiasbranco/web/arquivos/MDIAS_REL_20080612_PORT.pdf, acessado em 13 de outubro de 2011

http://www.mzweb.com.br/mdiasbranco/web/arquivos/MDIAS_DFs_2010_PORT.pdf, acessado em 13 de outubro de 2011

<http://www.mastermaq.com.br/>, acessado em 10 de outubro de 2011

BRASIL, Instrução normativa nº 949 de 16 de junho de 2009. Regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT), institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2009.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1995

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade Societária**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). São Paulo: Atlas, 2010.